

A Economia e a Vida

<https://www.youtube.com/watch?v=MxSkMgvMaY0&t=4142s>

Como sabem, pelo menos muitos de vós sabem, nasci duas vezes. A primeira foi em Aldeia das Dez, de frente para o lugar mais luminoso que conheço, a Serra da Estrela, onde a podemos observar bem e aprender a sequência de luz e de cores que ela nos mostra durante um dia, na sucessão das horas, e durante os anos, no tempo cíclico das estações (esse tempo recorrente dos humanos a que o capitalismo sobrepõe um tempo linear obsessivo, para assim transformar as nossas vidas). A Serra é, porventura, a entidade não humana que tenho observado com maior cuidado e mais intensidade. Tenho, pois, razões concretas para saber o que quer dizer uma das frases que mais me tocou nos últimos anos quando conheci Jeff Malpas, (tenho-o lido e convidei-o para abrir um ciclo de palestras de que fui curador na Cultuges) – ele é um filósofo australiano que escreveu esta frase lapidar: “a paisagem é onde nos encontramos – ou perdemos – a nós próprios” (no meu caso, só me tenho encontrado, mas sei bem, porque dou valor às contingências da vida, que as duas coisas podiam ter acontecido).

Em Aldeia (é assim que nós dizemos), nasci no Cabo do Lugar, isto é, por estranho que pareça, a meio da aldeia. Vista do espaço, a minha aldeia é um V (não, não estou a fazer alusão a uma frase célebre de um astronauta) e a minha casa fica exatamente no vértice do V. Digo isto porque já por lá andei num pequeno avião (coisa que, saberão os que conhecem a história da terra, não se aconselha aos que ali nasceram). E acrescento que não é por falta de rigor que aquele local exato se designa assim, Cabo do Lugar – é porque as aldeias (tal como as cidades, isto é, as aglomerações humanas) são lugares que se transformam, se modificam, seguindo o fio do tempo e segundo a complexidade de qualquer meio humano, uma complexidade particularmente intensa nos pequenos meios. Foi, por isso, por conhecer desde o início o significado da *urbanidade* que se aprende numa aldeia, JAB, CA que me tornei um devoto das cidades (para dizer uma banalidade: “essa bela invenção!”) e nunca hesito sobre um destino, quando se trata de viajar: uma cidade, e uma muito em particular...

Acho que as percepções de *tempo* e de *espaço*, que se devem ganhar ao cedo, são o que distingue os economistas. E eu acho que tive a bênção de as ir compreendendo de múltiplas formas, com a lentidão e a duração que tornam as coisas sólidas. Por isso aqui invoco os meus tempos iniciais.

A segunda vez que nasci foi em Coimbra, aqui, na Faculdade de Economia. Foi isso que me alimentou a vida, tanto como o ar serrano que inicialmente respirei, e foi isso que me permitiu ser parte beneficiada de tantas outras comunidades de vida, muito diversas, que fui livremente adotando ou simplesmente construindo na minha cabeça (a esses grupos chamo da forma mais carinhosa, tribos). Foi em Coimbra e na FEUC que as primeiras tribos se desenvolveram e foram elas que me moldaram. Outras foram-se formando quando daqui fui saindo, ou através de muitos que convidei a franquear a nossa porta: os meus amigos que vieram à FEUC vindos de outros países, os que têm uma costela territorialista, os da escola da regulação, que desde há mais de trinta anos aqui tenho chamado, os institucionalistas, os economistas políticos brasileiros ou, enfim, os grandes nomes de que basta dizer o nome (Albert Hirschman, Amartya Sen). As mais intensas de todas são sempre as tribos que se formam na proximidade material concreta e quotidiana: as desta Faculdade, com um lugar muito particular para os Doutoramentos de GCI e de EP; a do primeiro CR da RCSS, que se converteu no CES inicial ao fundarmos um centro de investigação saudável, genuíno, sólido, baseado no trabalho, na amizade e em relações desinteressadas, coisa em que teve um lugar central o Boaventura; enfim, a da Associação Portuguesa de Economia Política. Mas também as da cidade e do país, a que já me referi: as tribos informais que se formaram no

meu espírito por causa das cumplicidades que tenho pela forma como se vê o mundo; as tribos da Praça da República onde arribavam os do MES e que tinha expressão mais larga numa outra a que vou chamar a dos intelectuais permanentemente inquietos. E até podia falar das tribos de dois lugares de que guardo as melhores recordações e onde também fui feliz, pela razão simples de que não nasci para ser infeliz: a CCRC e a SEES. E, claro, a tribo-das-tribos, a daqueles com quem fui trabalhando muito diretamente, aquela com que trabalho hoje e que é muito grande, para minha alegria. Eis, pois, em poucas palavras, aquilo que vejo quando me quero ver a mim próprio, sabendo, como sei, que tenho pouco de singular. O lugar das raízes, Coimbra e a Faculdade, junto com certos pontos do mundo, são, pois, a ecologia concreta onde inscrevo o que alimenta a vida, isto é, o que nos permite renascer todos os dias, mas também a dos lugares concretos em que um economista se forma e um académico se reconhece. Refiro tudo disto para vos deixar pequenas notas que são a base da Economia de que faço e de que vos vou falar: uma Economia a que é rigoroso chamar-se Economia Política Institucionalista.

Passada esta introdução, entremos em matéria e nos dois pontos que constituem o sumário desta não-última aula:

1. A economia de que eu gosto e que eu aconselho.
2. Esta obsessão inquieta que tenho com a economia portuguesa.

No primeiro ponto trata-se simplesmente de me relembrar como é que fui compreendendo a economia, o que é a economia. Veblen, um dos nomes maiores que me influenciaram, diz simplesmente que a economia trata do “processo da vida”. Ainda mais prosaicamente, pode dizer-se que a economia é a disciplina que estuda a vida material (se da vida material tivermos uma noção ampla de tudo o que é inerente à vida material: aquilo a que dedicamos o nosso trabalho, o modo como se produz e se cria riqueza, as instituições que a esse propósito criamos, os poderes, as várias culturas).

Quando entrei na universidade passei a prevenir-me para a hipótese de algum dos meus conterrâneos, no tempo em que ainda havia camponeses, me perguntar o que é que eu ia estudar, se não ia ser advogado, médico ou engenheiro. E lá preparei uma resposta, que não era a sugerida por alguém que me disse: “isso dá emprego nas alfândegas”. Visto de agora é um belo anacronismo... Talvez só agora fosse capaz de responder de forma aceitável à eventual pergunta de alguém da minha aldeia: dir-lhe-ia que Economia é o estudo do que um país é e do modo como se deve organizar para usar da melhor forma o trabalho e os outros recursos de que dispõe, para que com eles se crie a riqueza que permita, a todos, viver melhor e encarar o futuro com alegria.

Organização coletiva, trabalho e riqueza (no sentido de valor, não de simples acumulação) seriam certamente as palavras-chave. De facto, cada vez entendo mais a economia como a ciência que estuda a vida material: como nos organizamos para trabalhar e produzir, como vivemos com essa riqueza que vamos criando, o que devemos fazer para melhorar as circunstâncias, não hesitando em as empurrar, mas não ignorando quais elas são. Vejam como estou, sempre estive, longe dos que acham que a economia é a ciência dos mercados, da maximização da utilidade individual, do autointeresse, da escassez, da competitividade ou mesmo da inovação desgarrada: numa aceção popular, uma ciência da avareza, do egoísmo, dos números, da racionalidade cega, da disputa. E a economia, sendo a disciplina que estuda a vida material, é também a que tem de se interessar, como se dizia antigamente, por “uma formação social concreta”, seja um país, sobretudo um país, seja uma região, um lugar, ou mesmo um espaço plurinacional de integração real ou nominal. Já me explicarei melhor no segundo ponto, quando falar de Portugal.

Em todo o caso, a minha definição “definitiva” de Economia é esta: *a Economia é “esse difícil mister de formar o espaço, de o interrogar, de o inverter, de substituir um objeto pela sua sombra”*. Não é minha, roubei-a porque a encontrei, a outro propósito, não no escrito de um economista, mas num texto magnífico de um dos grandes da nossa arte contemporânea. Apetecia-me deixar à vossa curiosidade a descoberta de quem é o autor, como fiz na primeira vez que usei tal citação (quando caminhava ao longo da costa vicentina com um grupo de pessoas para quem fui posto a falar pela Madalena Victorino, que em Aljezur anima, com Giacomo Scalisi, a Cooperativa Cultural Lavrar o Mar). Mas quero dizer aqui o seu nome porque é dele uma das mais belas conferências numa universidade portuguesa de que tive notícia neste século. Tem por título “A história da minha vida” e está publicado no livrinho *Entre o Céu e a Terra*. Se alguns dos presentes tiverem pensado que já ouviram ressonâncias desse texto em coisas que disse antes, estão certos. O seu nome é Rui Chafes e espero que já tenham visto muitas vezes as obras dele na Sereia e, sobretudo, a que se chama “Aproxima-te, ouve-me” (ouve-se mesmo!) e que está no CAV desde a sua inauguração em fevereiro de 2003, na cela onde a Inquisição fazia as suas maiores maldades.

Não foi, pois, por acaso que comecei por estudar a pequena agricultura (esse espaço concreto para onde, ainda nos anos oitenta, convergia a luz e a sombra da vida de muita gente, gente que conjugava trabalho na indústria, por exemplo, com trabalho na família, lugar de residência e de produção de bens, com mercado e autoabastecimento). E também não foi por acaso que rapidamente passei para tudo o que define um lugar, os vários níveis locais que fazem um país, isto é, as suas regiões e os seus territórios: o que forma o espaço, o interroga, o inverte. Aquilo sobre que incide a luz e forma sombra, aquilo que ambicionamos substituir usando a luz.

Na verdade, o que sempre me interessou e continua a interessar não é a normatividade da economia convencional, abstrata e autoritária, é “a análise positiva da evolução social e das suas determinantes”, quer dizer, uma atitude que começa pela recusa de “sacrificar o conhecimento do que existe, privilegiando o que deve ser”. Interessa-me, pois, o “movimento económico no tempo vivido”, o “conteúdo social das relações económicas e, por consequência, a tradução dos poderes e dos conflitos dos quais a economia é a matéria”.

Sendo talvez aconselhável evitar rótulos, cedo me tornei um *territorialista* (aquele que dá valor ao território) e um *regulacionista* (aquele que dá valor ao que se chamava com particular ênfase nos anos 80 e 90 a “escola francesa da regulação”; a minha tese de doutoramento foi a síntese destas duas coisas), e também não demorei a considerar-me um *institucionalista*: aquele que assume que só se comprehende a economia se se souber que esta se representa, em primeiro lugar, nas instituições que cria e que lhe dão forma. E que, na verdade, mercados, empresas, associações, Estado, são instituições. Foi com isto que quis contribuir, com outros, para diferenciar a Economia nesta casa, desejando que ela não se amalgamasse na vulgaridade; foi com isto que fiz a minha lição de agregação, uma das peças académicas que mais prazer me deu fazer, e que foi discutida por Robert Boyer, que ficou um amigo para a vida e de quem ainda hoje estou muito próximo, estando ele na jovialidade dos seus 81 anos. E pude desde o princípio ter bem presente que a síntese de tudo isto se representa num termo preciso: *economia política*. É isto que eu faço ou tento fazer, é isto que fazem aqueles com quem trabalho e é isto, desculpem-me a arrogância, que fazem os melhores economistas que conheço e com quem aprendo. Partilho convosco a alegria que senti (talvez tenha sido mesmo uma indesculpável vaidade) quando há poucos anos revisitei o primeiro texto que publiquei e, surpreendido, vi que, no título de uma das secções, falava exatamente de “uma economia política do desenvolvimento”. Como no resto da vida, o gene inicial conta...

Dediquei-me em dada altura à tarefa de burilar o “meu” conceito de instituições, tarefa talvez um bocadinho quixotesca, porque essa definição está feita e refeita pelos melhores. Mas compreenderão que às vezes gostamos de arrumar a casa. Escrevi então: instituições são

“consolidações coletivas [coletivas, não criadas fora da vida, por exemplo na esfera jurídica ou legal] de formas de *compreender, agir e organizar* as interações em sociedade”. Instituições, queria eu dizer, são aquilo que formamos para dar um sentido à vida, uma trajetória para cada sociedade, para formarmos as nossas cabeças, para organizar a variedade, para reduzirmos a incerteza, para darmos a cada regime económico, social e político um quadro coletivo de funcionamento (a sociedade existe mesmo, ao contrário do que proclamava Margaret Thatcher, o individual singelo é que não!). O mercado é uma instituição criada e não um ente natural, caído do céu, o Estado é uma instituição e uma instituição que se transfigura, a empresa é uma instituição e uma instituição permanentemente amparada para que exista, a segurança social, a escola, as cidades, o mercado do trabalho (o sistema de emprego, para dizer melhor), as leis laborais e as outras leis, tudo isto são instituições... Instituições *materiais* direi eu, numa precisão que me interessa porque são exatamente as que nos permitem compreender a vida material, aquilo que tem na Economia a disciplina que lhe é dedicada. Mas também instituições *imateriais*, aquelas que estão dentro da nossa cabeça sob a forma de hábitos, normas, regras, culturas, sendo aquilo que nos permite compreender, agir e organizar a vida e que, por isso, partilhamos com a larga maioria daqueles de quem estamos em relações de proximidade, seja qual for a escala dessas relações. Falamos de instituições para falar de tudo isto e para falar de poder. É por isso que a economia institucionalista é economia política. Algo de substancialmente diferente de umas fórmulas de plástico que andam por aí desde que o Banco Mundial se atribuiu a missão de formar “boas” instituições, numa deriva que até teve este ano a chancela do chamado Nobel de Estocolmo. As boas ideias estão sempre em risco...

A economia de que eu gosto, aquela que perfilho, é, pois, a que parte do processo da vida e a ele quer regressar permanentemente, sem ser autoritária, sem a normatividade própria do individualismo, do egoísmo e da competição desenfreada. É ainda a que não se limita a estabelecer a ordem de uma disputa entre os que têm poderes diferentes e da qual não é difícil prever o resultado antes do jogo. É desta economia que eu gosto e é a que aconselho. A que olha para a realidade, tenta compreendê-la e se compromete com linhas para a ação. Já lhe chamei economia política institucionalista, podemos ainda continuar a chamar-lhe economia do desenvolvimento, isto é, economia de organização da vida e da sociedade.

Para falar de economia falei, como viram, de sociedades, de organização material da vida, de instituições, de economia política. Se a aula fosse longa, e não vai ser, falaria mais prosaicamente daquilo em que tudo isto se traduz no tempo concreto de cada país: falaria de sistema de emprego, de perfil de especialização (essa grande vulnerabilidade da economia portuguesa), de inserção internacional (essa expressão concreta do que temos de saber mudar paulatinamente), de território (o que nos proporciona a proximidade).

Foi por aqui que andei para chegar à matéria do segundo ponto, que é o do estudo das realidades e das dinâmicas concretas. Isto é, para chegar à economia portuguesa como matéria de interesse e de inquietação constantes. Nenhuma pessoa é singular. Eu pelo menos não sou, já o disse. Não sei se um país, uma economia, é singular. Mas são as suas singularidades que nos atraem e convidam ao estudo.

Junto com outros, andei sempre à procura de um ângulo certo para observar a nossa economia: um ângulo que permitisse olhar para dentro dela. Para a sua estrutura, para a sua ossatura, para o que lhe dá compostura ou para o que a deslaça. Olhar para dentro, sabendo onde é que ela está – num jogo de movimentos em que os espaços lá de fora contam, porque tudo é relacional, mesmo que as relações raramente sejam entre iguais. Nunca me pareceu útil vê-la como algo que apenas baila puxada pelos cordéis de qualquer mão sem corpo: a “globalização” (um conceito cheio de nada), a competitividade (um conceito descarnado), o

Atlântico (um espaço apenas figurado), mesmo a Europa quando esta não é mais do que uma representação tão imaginária como atávica (“a Europa como imaginação do centro”). Não me pareceu útil ver a economia portuguesa como peça de um destino sem que ela seja capaz de ser o viajante. O que conta na viagem é o caminho, não o destino, costuma dizer-se com sabedoria (e até Mia Couto o escreveu). O destino é apenas o lugar de onde regressamos se ainda soubermos ser viajantes.

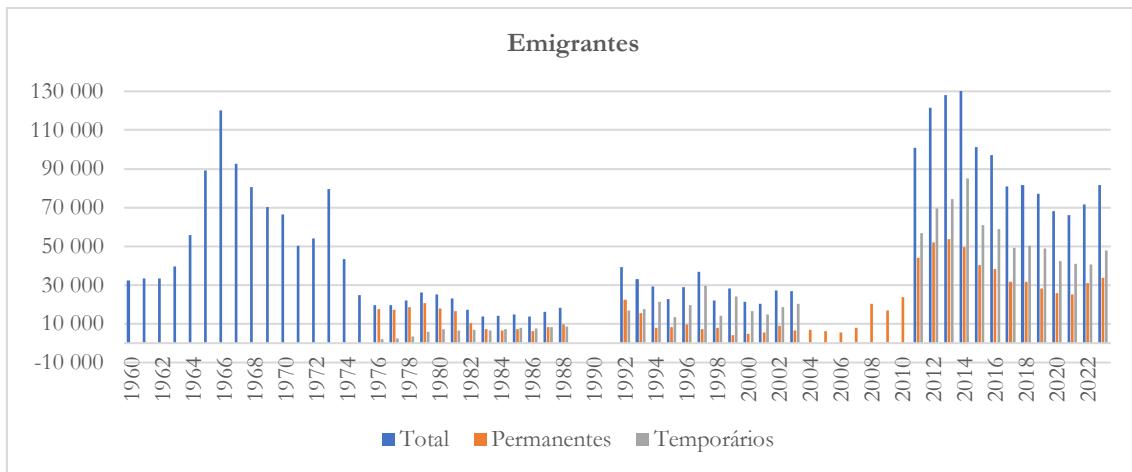
O que é, então, a economia portuguesa do modo como eu a vejo? É uma economia periférica europeia. Não é periférica por estar numa ponta geográfica, é periférica porque não tem a robustez do desenvolvimento, é periférica porque tem desequilíbrios fundamentais que a fragilizam e é periférica porque, por isso, tem dependências essenciais e diferenciadoras. E é europeia tanto porque está na zona do mundo onde está como porque, cada vez mais nas últimas cinco décadas, é com a Europa que se relaciona densamente e partilha instituições, sendo a Europa quem mais a determina – e a tem determinado, mantendo-a exatamente como periferia (uma periferia que só se pode reverter se se reverter a si própria).

Antes de dizer quais são os desequilíbrios fundamentais e as dependências essenciais de que falei deixem-me explicar qual é a minha caixa de ferramentas para lidar com esta economia concreta. Olho de forma muito simples: quantos somos, como somos e por onde andamos; como trabalhamos e o que produzimos; que dependências temos ou não temos lá de fora; como nos organizamos cá dentro; o que é que os tempos recentes de financeirização fizeram de nós; como está a nossa democracia (acho que é assim que se faz economia política). Cinco pontos, cinco problemas. Desejo eu também, cinco soluções. Soluções pífias, soluções assim-assim ou soluções que nos engrandeçam. Nisto consistem os cenários, que só serão cenários se pensarmos em 2050. Cá estaremos para ver...

Somos 10 milhões desde 2001: ligeiro aumento na primeira década do século, ligeiro decréscimo na segunda. No tempo da minha vida houve um grande decréscimo demográfico (o do final do fascismo) e um único grande aumento (o do pós-25 de Abril). Isto diz-nos muito. Fiquem, por favor, a pensar. Só recentemente conjugámos emigração massiva e imigração significativa; tivemos uma primeira vaga de imigração significativa já neste século, mas a emigração não estava em níveis elevados, como nunca esteve no pós-25 de Abril; tivemos emigração significativa nos anos 60, mas sem imigração.

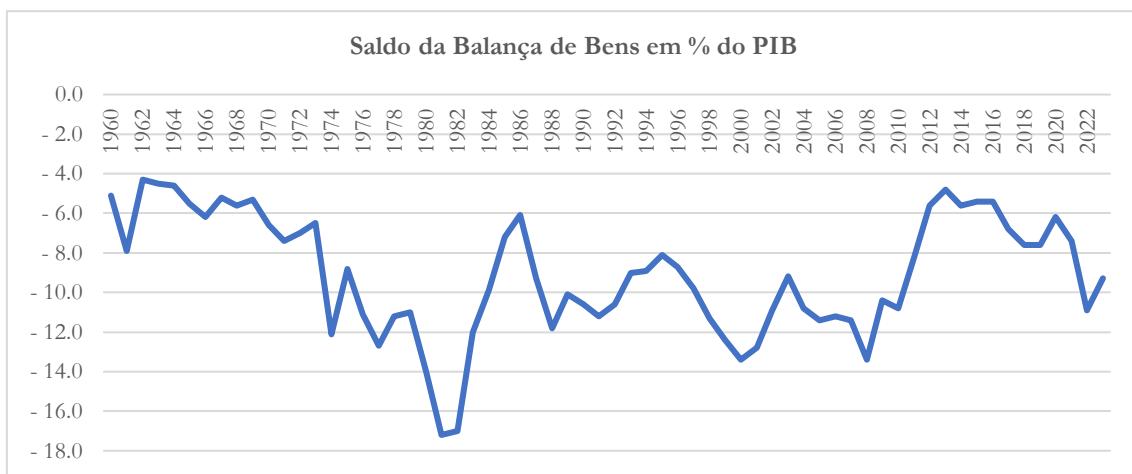
O primeiro grande desequilíbrio (podemos chamar-lhe estrutural, que aqui a palavra não é gasta em vão), bastante antigo, é o do nosso *sistema de emprego* (não gosto de dizer mercado do trabalho, por razões que compreenderão): cá dentro não há emprego para impedir que muitos tenham de ir lá para fora; falo de emprego suficiente em volume, como muitas vezes aconteceu quando muitos emigraram simplesmente à procura de um posto de trabalho, e falo de emprego suficiente em qualidade para que a relação laboral seja um mecanismo de inclusão social que reconheça qualificações, remunere adequadamente e seja capaz de ser aquilo que deve ser – um mecanismo sólido e justo de inclusão social. 1,4 milhões de pessoas nos anos anteriores a Abril, mais de cem mil por ano nos anos de chumbo de 2011 a 2015 emigraram. É lá fora, servindo outras economias, que muitos têm de procurar trabalho. Por favor, não se confunda este desequilíbrio *estrutural* com a normal mobilidade de pessoas em economias “abertas”, como os liberais gostam de dizer, ou com “cosmopolitismos” próprios da contemporaneidade, como gostam de dizer outros. Não, estamos a falar de muita gente cuja questão é como trabalhar e ser devidamente remunerado.

Para isto parecer uma aula a sério mostro-vos um slide. Não há economista sem gráficos, nem números e eu vou pagar tributo à profissão...



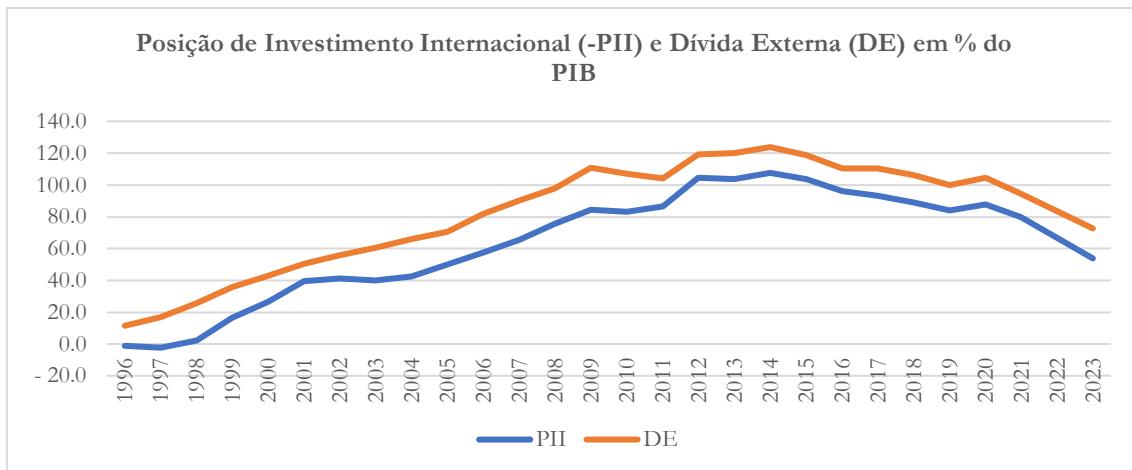
O segundo desequilíbrio é também antigo e tem sido constante, sem exceções: o nosso *sistema produtivo* nunca produziu o volume de bens industriais de que precisamos e, no deve e haver de importações e exportações, somos sempre deficitários na balança comercial de bens.

Mostro-vos um segundo slide.



Este défice tem de ser compensado de alguma forma. Poucas vezes (quase nenhuma) o alcançamos com o turismo para estrangeiros em que nos viciámos nos últimos anos. E também não se tem compensado mesmo quando fomos somando remessas de emigrantes, transferências da Europa a que aderimos em 1986 ou capitais que aqui venham investir (esta palavra, investir, já teve um sentido minimamente adequado, quando correspondia a investimentos produtivos, fábricas, por exemplo, hoje é a soma de coisas que não cheiram bem, mesmo quando cheiram a Lisboa, como a compra do imobiliário das cidades que ficam sem rostos). Eu disse e disse bem, aquele défice inicial, o de bens industriais, tem de ser compensado de algum modo, a bem ou a mal. Se tudo o resto não chega é com *financiamento* exterior que se compensa (não é de dívida pública que estou a falar). E aqui está, acho eu, uma forma rigorosa de descrever o terceiro dos grandes desequilíbrios de uma periferia e a sua dependência perante o exterior para ganhar equilíbrio.

Eis o terceiro slide.



Como viram, não precisei de crucificar o político A ou o partido B, não precisei de me armar em justiceiro esclarecido para condenar este ou aquele, bastou falar da vida material, isto é, de economia. Bem sei que não é isto que se ouve com grande frequência na televisão – mas aí só tenho um conselho a dar, usem o mais precioso botão da vossa televisão, o botão do *off*.

Uma economia dependente e com estes desequilíbrios não é necessariamente uma economia endividada perante o exterior. Por muito que isto vos tenha surpreendido vimos que a economia portuguesa não era endividada externamente no início da década de 90. Convidados, por isso, a pensar no que foi acontecendo no decurso dessa década. A integração europeia já estava consumada e não foi essa fase inicial que trouxe o problema. Foi o que começou a revelar-se na segunda metade da década de 90. A Europa e o mundo estavam a mudar de forma acelerada. 1989, queda do muro de Berlim. 1990-3, livre circulação de capitais entre países. 1992, Tratado de Maastricht. 1994-8, convergência das políticas económicas para formar a UEM. 1999, política monetária comum. Em 2003 o país já devia ao exterior¹ mais de 60% do seu PIB, em 2007 esse endividamento era 90% e em 2014 atingiu o pico de 124%. No ano passado era bastante menos, 73%, o que significa que nos últimos dez anos ocorreu um processo contínuo e forte de transferência de meios financeiros para fora da nossa economia, para pagar a dita dependência financeira. Pusemos a economia e a sociedade a servir as transações financeiras. Num momento tornamo-nos dependentes financeiramente, no outro momento trabalhamos para colmatar essa dependência. E assim mais dependentes ficamos. Porque a redução daquela dependência não está a acontecer porque nos estamos a tornar mais robustos. Pelo contrário, estamos a fazer das tripas coração, não tendo já coração. Deixo-vos essa questão para pensarem...

O meu objetivo está alcançado e a matéria está dada. Gostaria de pensar que consegui mostrar-vos por que é que a economia portuguesa tem sido, de facto, o meu objeto de trabalho, por que me interessa compreender a sua espessura, isto é, as questões substantivas que formam as nossas vidas, porque é que a encaro como uma periferia europeia e em que é que consiste isso de ser uma periferia – é por ter três desequilíbrios estruturais graves (não forma o emprego necessário, não produz o suficiente, passou a recorrer a ativos financeiros externos). Esses desequilíbrios são, afinal, a raiz das suas dependências e são também a razão pela qual esta economia serve outras, as outras com que nos relacionamos à medida que se procura servir a si mesma: fornece-lhes trabalho para os seus sistemas de emprego através da emigração; dá-lhes campo para alargarem os seus mercados de bens através das nossas

¹ São valores da “Posição de Investimento Internacional”. Os da Dívida Externa são, para os mesmos anos, 40%, 66%, 108% e 54%. As duas variáveis distinguem-se, essencialmente, por a segunda excluir o investimento direto estrangeiro.

importações; valoriza os seus capitais através dos juros que lhes paga. Em linguagem mais rebuscada, desempenha *funções de intermediação* das quais os outros países beneficiam.

É, pois, a economia portuguesa enquanto realidade substantiva que me apaixona e é numa perspetiva de economia política que a trato. Porque tudo o que estive a dizer tem um fundamento e uma finalidade. É isto que determina as nossas vidas, a nossa condição de comunidade política e de entidade coletiva. É por isto que somos mais pobres ou mais ricos, mais iguais ou mais desiguais, mais capazes ou menos capazes, que temos ou não temos um futuro melhor. E é com isto que a economia se traduz ou não em mais democracia. É nesta relação subtil entre economia e democracia que consiste a economia política.

Este é o meu ponto de chegada. De facto, não exagero se disser que durante esta aula estive apenas a falar de *democracia* e o que me interessa é saber como resolvemos um problema democrático que se avoluma. É esta a finalidade da economia política. Falo, pois do futuro, do que gostaria que o país fosse em 2050. A minha sugestão é simples: regressemos à capacidade para estruturar um sistema de emprego capaz, justo e inclusivo, como fizemos com o 25 de Abril. Olhemos para a nossa base produtiva – reindustrializemos, como se deve reindustrializar em sentido contemporâneo. Olhemos para dentro do país e compreendamos que um país unipolar, centrado numa AML cada vez mais desqualificada em termos económicos e que está a fragilizar dramaticamente o país e as suas cidades médias, esse país está simplesmente a perder-se como território. Compreendamos que governar a economia através dos poderes financeiros e monetários, da banca e da circulação internacional de ativos não é governá-la – é gerar dependência e, no fim, esvaziá-la de capacidades positivas, isto é, fazer com que definhe. E assumamos que há um problema democrático – há um problema democrático porque se reduziu o espaço da deliberação política, porque nos sujeitamo-nos a regras sobre que não temos mando, porque falamos com voz inaudível lá fora (ou apenas dizemos o que os outros gostam de ouvir) e a voz que usamos cá dentro é mais para nos autolimitarmos do que para fazermos galhardamente de outro modo. Todos os problemas têm a sua própria solução e é por isso que falei como falei: falei de emprego e produção, de território e de finanças, falei de democracia. E tudo isto converge para uma palavra de que gosto e que só tem valor se a formarmos nas nossas cabeças e a usarmos nas nossas vozes – *dissenso*. As alternativas formam-se se pensarmos e agirmos de um modo diferente daquele que nos meteu no meio dos problemas. Gosto de usar aqui esta palavra (*dissenso*), para terminar, porque foi ela que sempre me orientou dentro desta casa, onde continuarei a viver e, por isso, continuarei a usar, se tal for preciso.

Não termino sem fazer uma proposta à minha Faculdade. Convidemos os jubilados a darem uma aula por ano, de tal forma que a sua última aula seja apenas a última antes das seguintes. E façamos isso com jubilo, já agora: *Aulas Jubilares* podia ser o título. A minha, no próximo ano, pode ter por título *A Economia Política do 25 de Abril e da Construção da Democracia* e assentará em resultados do projeto sobre este tema que apresentei à FCT e esta aprovou (projeto que, aliás, ficou em primeiro lugar entre os 80 aprovados e de que são também investigadores João Rodrigues, Ernesto Carrillo e Ana Costa) e no qual queremos demonstrar duas coisas: que a fase inicial da demografia assentou num ciclo de crescimento quantitativamente tão importante como o que se seguiu à adesão à CEE, sendo qualitativamente importante porque estruturou o país; e que isso aconteceu porque existia um pensamento económico capaz, sofisticado, que teve lugar nos governos.

Façamos esse convite e tentemos alcançar uma coisa muito saudável: deixar que uma casa, uma instituição, uma faculdade se interpele a si mesma livremente, com a liberdade dos mais livres, não se fechando em simples práticas de autossatisfação, que podem ser de enfraquecimento.

E para finalizar, eis a paisagem...

